

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2015

Projeto PNUMA no. 61-P7 (Brazil Project): “Produção e Consumo Sustentáveis)

Referente: Certificação da Agenda Ambiental da Administração Pública

Sumário

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	2
OBJETIVOS:.....	2
EQUIPES E RESPONSABILIDADES	3
DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER UTILIZADA.....	3
PREMISSAS	5
CARACTERÍSTICAS DO REFERENCIAL	6
ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DO MANUAL DE AUDITORIA	9
ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DA POLITICA DA CERTIFICAÇÃO	11
REFERENCIAS.....	12
CRONOGRAMA.....	13

PLANO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito se fala em desenvolvimento sustentável, Rio 92, Conferência para o Clima, Agenda 21, cartilhas, recomendações e pactos com metas diversas de comprometimento de entidades envolvidas, com objetivos em comum, relacionados à questão socioambiental.

A iniciativa do MMA para elaboração de uma certificação ambiental para os edifícios públicos federais, estaduais e municipais torna-se um grande exemplo para os empresários, indústrias e, principalmente, para a sociedade brasileira como um todo. Esta iniciativa vem ao encontro das tentativas de incorporação de ações de responsabilidade socioambiental nas organizações que podem causar impactos significativos de forma positiva ou negativamente. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho será a promoção e a verificação confiável da aplicação conceitos de sustentabilidade na administração pública, tornando-se esta, referência no planejamento de ações conscientes em relação à minimização dos impactos nocivos ao meio ambiente e à sociedade, à racionalização do dinheiro público, às mudanças climáticas, aos padrões de consumo insustentáveis e à melhoria do ambiente de trabalho.

Este documento traz esclarecimentos sobre a metodologia de desenvolvimento do processo de certificação e respectivas auditorias, além das premissas a serem seguidas na elaboração das métricas, indicadores e critérios a serem atendidos e verificados.

OBJETIVOS:

O desenvolvimento de todo o processo de certificação acontecerá visando atender os seguintes objetivos:

- Medir resultados ambientais de ações implementadas
- Facilitar o entendimento sobre a aplicação da A3P
- Criar indicadores eficientes e tecnicamente confiáveis
- Criar metodologia de fácil aplicação para órgãos públicos
- Criar metodologia de fácil aplicação para diferentes tipos de edificações
- Criar metodologia de verificação de fácil aplicação para entidades de fiscalização
- Estimular as práticas de sustentabilidade socioambientais
- Dar credibilidade à aplicação da A3P
- Estimular a aplicação daquelas medidas de trarão maiores benefícios econômicos ou socioambientais.
- Criar mecanismos que dificultem fraudes ou erros na implementação das medidas, documentação, auditorias ou verificações.

EQUIPES E RESPONSABILIDADES

Equipe Certificação	Equipe Energia	Equipe Auditoria
Rosana, Danielle e Fernanda	Cícero, Douglas e Fellipe	Luciana
Desenvolvimento da estrutura de certificação, temas abordados, aplicabilidade (projeto piloto) e indicadores (medição de desempenho).	Desenvolvimento do tema energia da certificação, critérios adotados e cálculos.	Definição do processo de auditoria junto ao INMETRO.
Desenvolvimento da Política de Certificação com todos os itens que a perfazem: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução e contextualização • Aplicabilidade • Etapas do Processo (Passo a Passo) • Requerimentos mínimos • Níveis de certificação • Responsabilidades • Custos • Prazos • Auditorias • FAQ 	Identificar diretrizes existentes para eficiência energética e que sejam aplicáveis para a certificação, aprimorando as orientações descritas na cartilha A3P para obtenção de resultados maiores na redução da energia demandada no setor público.	Desenvolvimento do Manual de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução e contextualização • Áreas de interesse (temas) • Lista de documentos / Evidências • Metodologia de verificação • Respostas / Templates de retorno ao órgão público (Relatório de Avaliação)

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER UTILIZADA

A metodologia adotada pela equipe de trabalho será baseada, primeiramente, no trabalho colaborativo, que tem suas etapas vencidas através de ciclos compostos pelas seguintes etapas:

- Pesquisas
- Discussão de possibilidades e restrições
- Definição de premissas e objetivos
- Desenvolvimento
- Apresentação, testes
- Lições aprendidas e melhorias

Nesta primeira fase, as pesquisas estão sendo realizadas com base, por exemplo, neste material:

- Cartilha A3P (MMA)
- Capítulo IV da Agenda 21
- Princípio 8 da Rio 92
- Plano de Gestão de Logística Sustentável – Instrução Normativa 10/2012
- Declaração de Johannesburgo
- Certificação para Edifícios Públicos do Chile – “Edifícios Sustentables”
- Certificações como o LEED, AQUA, PBE Edifica e ISO 14000
- Processo de Marrakesh

Serão considerados todos os aspectos relevantes encontrados nesta análise, que a equipe julgue como eficientes e aplicáveis à certificação em desenvolvimento, com suas devidas justificativas.

A equipe estará dividida conforme suas especialidades e responsabilidades (descrito no item 2), mas sempre mantendo a comunicação efetiva para o desenvolvimento eficaz deste trabalho.

O processo integrado consiste em um trabalho colaborativo, refinando objetivos e metas bem definidas, assim como os indicadores de acompanhamento e aferição parcial e final destas metas. Através deste método, toda a equipe é reunida desde as fases mais iniciais do trabalho para que possam definir características da gestão do projeto, da política de comunicação e do cronograma.

Esta metodologia colaborativa de trabalho é baseada em ciclos compostos por um evento tipo “workshop” onde o time, através de técnicas específicas, define as metas e métricas de medição, apresenta os resultados do trabalho, ideias, sugestões, próximos passos, responsabilidades e tarefas. Após este encontro, o time trabalha de maneira mais individual, realizando as suas tarefas, para depois voltar a se reunir e expor resultados da etapa de trabalho em questão.

Desta forma, é possível medir e acompanhar o projeto para verificação do atendimento aos objetivos e metas estabelecidas, buscar aprimoramentos e, conseqüentemente, alcançar resultados inovadores.

Em projetos ligados à construção civil, esta metodologia de trabalho tem se mostrado eficaz e bem sucedida, tanto em relação à satisfação individual dos profissionais envolvidos, quanto em relação aos resultados finais do projeto. Tal método é utilizado em projetos onde existem metas audaciosas de desempenho, sustentabilidade, cronograma ou complexidade. Mas a metodologia, ou boa parte de suas premissas, não tem limitações em relação ao tipo de projeto a ser aplicada e, neste caso, podemos aplicá-la no trabalho de desenvolvimento de uma metodologia de certificação ambiental.

Após a etapa de pesquisa e método de gestão do projeto, o desenvolvimento da certificação será iniciado com um passo a passo, uma estrutura padronizada de itemização, definição de critérios, cálculos e implementação. Assim, a metodologia adotada para aplicação da certificação estará definida e será discutida entre os membros da equipe, aprovada pela equipe técnica do MMA para, posteriormente, ser adotada em definitivo.

De acordo com o método de processos integrados, todos deverão estar de acordo e aceitar metas e objetivos do projeto. Deste momento em diante, os profissionais deverão concentrar seus esforços, não em suas tarefas apenas, mas nas metas gerais do trabalho.

Serão também definidos em comum acordo, os marcos do projeto, datas previstas para próximos encontros, duração das etapas seguintes, divisão de responsabilidades, identificação de stakeholders, critérios de aceitação de produtos, matriz e meios de comunicação.

PREMISSAS

Para o desenvolvimento do trabalho, as seguintes premissas serão seguidas:

- A certificação deverá ser ligada a um órgão público e a um espaço físico (imóvel) ou parte dele.
- A documentação a ser elaborada, as intervenções propostas ou requerimentos necessários à certificação deverão ser de baixa complexidade.
- Para melhor adequação aos diferentes “níveis técnicos” de entidades, será estabelecida uma graduação da certificação, onde aquelas entidades mais inexperientes ou iniciantes poderão alcançar um nível também “iniciante” da certificação, com o comprometimento de aplicar melhorias graduais para alcançar a renovação do certificado.
- As medidas relacionadas à operação predial, compras rotineiras ou a treinamentos e capacitação deverão ser separadas das medidas de melhorias ou intervenções físicas aos imóveis. Desta forma, as evidências sobre intervenções que acontecem de maneira única (ex: retrofit do sistema de iluminação) deverão ser tratadas de maneira distinta daquelas que deverão ser implementadas de maneira contínua (ex: compras sustentáveis).
- A certificação deverá ser capaz de medir resultados socioambientais alcançados, tornando, desta forma, a sua divulgação mais organizada e confiável.
- A certificação terá como principal foco os prédios existentes. O modelo não visa ser aplicado em projetos e obras novas, mas seus princípios poderão ser perfeitamente utilizados para já preparar tais projetos à aplicação da certificação.
- Serão pensadas formas de evidenciar a melhoria na produtividade e ganhos econômicos
- Serão privilegiados critérios socioambientais mais focados em eficiência e redução de gastos.
- Deverão ser estudados meios e opções de motivação através das quais as entidades partirão para a certificação.
- Todo o trabalho terá como base a A3P, mas adaptações serão sugeridas.
- Podemos separar etapas – etapa de registro, envio de projeto, início da operação, etc
- O *Ressoa* deve ser usado como meio de transmissão de informações aos organismos responsáveis pela certificação
- A entidade envolvida para as inspeções deverá ser o INMETRO.

- Tentaremos um piloto no RJ (Casa da Moeda, Jardim Botânico, Furnas, TJ ou outros).
- Iniciaremos com edifícios genéricos / administrativos e, talvez, um apêndice para escolas.
- As inspeções acontecerão, preferencialmente, de forma remota. Sem a necessidade de auditorias presenciais. Esta premissa tem o objetivo de reduzir os custos envolvidos no processo mas, se a equipe e contratante acordarem que auditorias presenciais darão maior credibilidade ao processo, esta opção deverá ser adotada.
- A certificação deverá ser renovada. O prazo máximo inicialmente recomendado para a renovação da certificação seria de dois anos.

CARACTERÍSTICAS DO REFERENCIAL

O Referencial do selo de sustentabilidade A3P abordará todos os requerimentos que devem ser atendidos no edifício, sob gestão pública, a fim de avaliar as características de sustentabilidade aplicadas ao imóvel e à administração da instituição ocupante do imóvel.

O selo estará relacionado, exclusivamente, ao imóvel analisado. Caso haja mudança de endereço da instituição pública que obteve tal selo, o mesmo perde sua validade ou legitimidade. Neste caso, tanto a nova instituição a ocupar o imóvel certificado deverá buscar o selo novamente, quanto a antiga ocupante deverá obter a classificação em seu novo endereço.

A estrutura do sistema de certificação para obtenção do selo de sustentabilidade A3P será composta de:

- ✓ Levantamento e Classificação do edifício existente e;
- ✓ Diretrizes para Gestão sustentável e melhorias nos sistemas do edifício

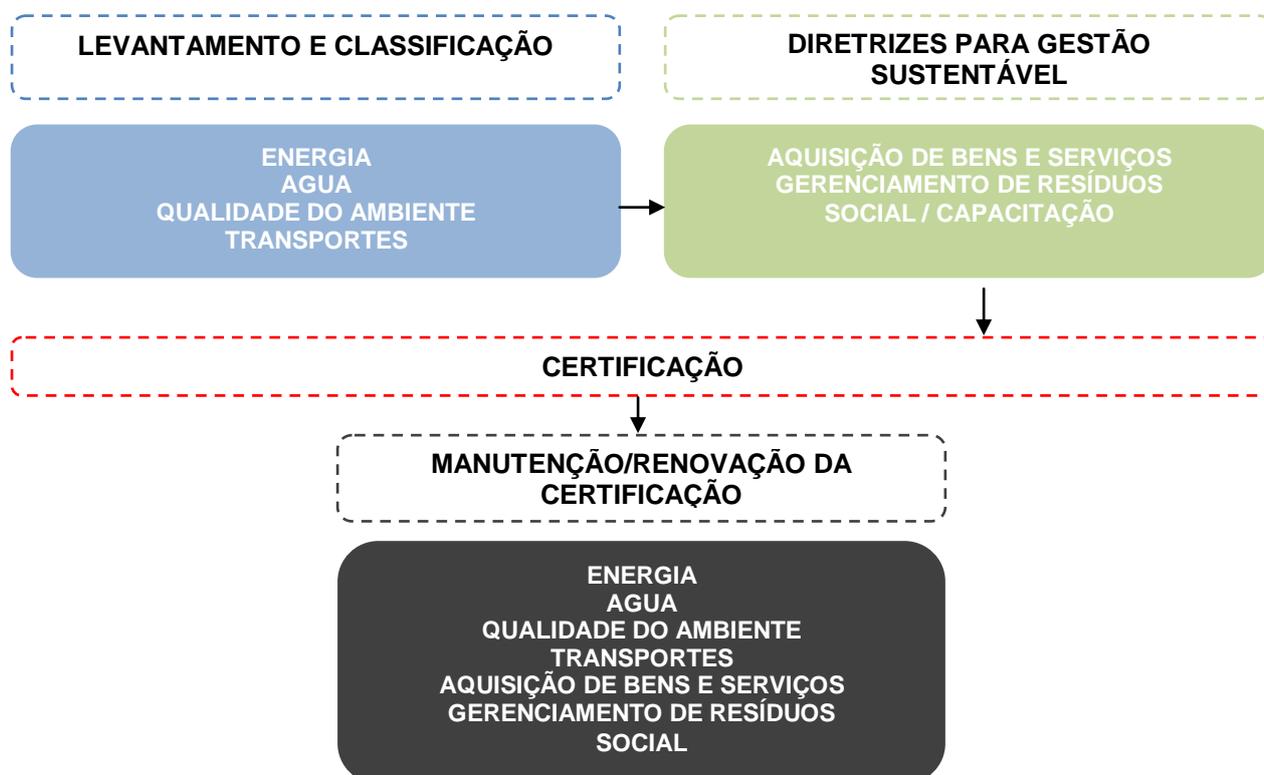
O objetivo será avaliar os edifícios que se propõem a buscar o selo e, a partir deste ponto, possibilitar a melhora de seus sistemas e procedimentos visando atender aos 6 eixos temáticos da Agenda Ambiental de Administração Pública (A3P), que são:

- ✓ Uso racional dos recursos naturais e bens públicos
- ✓ Gestão adequada dos resíduos gerados
- ✓ Qualidade de vida no ambiente de trabalho
- ✓ Sensibilização e capacitação dos servidores
- ✓ Contratações sustentáveis
- ✓ Construções sustentáveis

Os eixos temáticos da A3P foram organizados nas duas fases criadas para a estrutura principal da certificação, que são:

- ✓ Levantamento
- ✓ Diretrizes.

Desta forma, o referencial será dividido em subcategorias relacionadas a estas fases:



Neste primeiro momento, não haverá distinção de edifícios por tipologia, sendo levado em consideração um edifício corporativo para desenvolvimento dos requerimentos.

A certificação será aplicável a edifícios de qualquer dimensão, sem restrição, desde que o mesmo seja ocupado regularmente.

Fases e estrutura de distribuição dos critérios e temas:

1.1. LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Fase de análise da situação atual do edifício público que busca o selo. Tal situação norteará as diretrizes para a gestão sustentável.

1.1.1. ENERGIA

Requerimentos para levantamento e análise da eficiência energética do edifício. Tais requerimentos são relacionados à arquitetura (envoltória) e aos equipamentos instalados como luminárias, controles de iluminação, aparelhos de ar condicionado, ventilação entre outros.

1.1.2. ÁGUA

Requerimentos para levantamento e análise do consumo e desperdício de água potável do edifício através de verificação de vazamentos, medições mensais de água de fornecida pela concessionária, verificação da existência de sistemas de reuso de águas pluviais e/ou cinzas e metais sanitários instalados.

1.1.3. QUALIDADE DO AMBIENTE

Requerimentos para levantamento e análise da qualidade do ar do edifício através de verificação de renovações de ar por ventilação natural e/ou artificial e filtragem. Serão verificadas também as condições relacionadas à iluminação e conforto térmico.

1.1.4. TRANSPORTES

Requerimentos para levantamento e análise da política de transporte dos ocupantes do edifício através de levantamento de dados de deslocamentos diários, oferta de transporte público na área e frota de veículos existente.

1.2. DIRETRIZES PARA GESTÃO SUSTENTÁVEL

Fase de desenvolvimento de políticas e implantação das mesmas, visando redução do consumo de recursos naturais e melhoria da qualidade de vida para os servidores ocupantes do edifício. Nesta fase serão descritas orientações para o desenvolvimento das diretrizes, bem como requerimentos para análise da correta implantação das diretrizes recomendadas.

1.2.1. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Requerimentos para desenvolvimento de políticas para licitação sustentável de serviços e produtos/materiais. Serão levantados critérios a serem aplicados em todos os tipos de compras, mas principalmente àquelas relacionadas à eficiência hidroenergética e a produtos ou serviços de maior impacto ambiental.

1.2.2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

Requerimentos para plano de gerenciamento de resíduos considerando a redução, reutilização, correta destinação e reciclagem dos mesmos, bem como requerimentos para correta implantação e comprovação das medidas contidas no plano.

1.2.3. SOCIAL

Requerimentos para implementação de programas que tenham como objetivo o bem estar, segurança, capacitação e conscientização socioambiental dos servidores ocupantes do edifício.

1.3. MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Neste item será descrita a metodologia e periodicidade de avaliação permanente para a manutenção ou renovação do selo através da verificação do atendimento às diretrizes implementadas.

ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DO MANUAL DE AUDITORIA

1.1. Introdução e contextualização

O manual de auditoria será a ferramenta a ser utilizada para que haja uma unidade entre as entidades verificadoras. Desta forma, mantêm-se a qualidade e confiabilidade do selo no que diz respeito aos critérios de avaliação.

1.2. Áreas de interesse (subcategorias do referencial)

Descrição das áreas de interesses abordadas no referencial para as duas fases de ações apresentadas. Neste item, será justificada a importância das subcategorias: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada de resíduos gerados; melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; contratações de bens e serviços com sustentabilidade; e implementação de critérios para construções sustentáveis. Cada subcategoria possuirá diversos temas em sua composição, que serão abordados individualmente para análise. Os temas serão definidos em fase posterior.

1.2.1. Item (ex: madeira certificada)

Breve descrição do tema e sua importância na gestão sustentável.

1.2.1.1. Lista de documentos / Evidências

Relação de documentos que deverão ser entregues pelo solicitante e analisados pela entidade de verificação para a confirmação do atendimento aos requerimentos do referencial.

1.2.1.2. Metodologia de verificação

Relação das evidências a serem verificadas, metas e níveis de classificação para cada critério. Relação de documentos exigidos e, caso haja, números de amostras a serem fornecidas.

1.2.1.3. Respostas / Templates de retorno ao órgão público (Relatório de Avaliação)

Serão abordadas as diretrizes a serem seguidas para a elaboração do relatório de conformidade a ser elaborado pela entidade verificadora, com os requerimentos e memórias de cálculo da pontuação atendida.

ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DA POLITICA DA CERTIFICAÇÃO

1.4. Introdução e contextualização

Introdução aos aspectos gerais da certificação e partes envolvidas.

1.5. Aplicabilidade

Este item apresentará as especificidades da tipologia padrão selecionada e a exclusão e/ou adaptação da aplicabilidade a outras tipologias.

1.6. Etapas do processo (passo a passo)

Será realizada descrição das ações relativas a cada etapa do processo de certificação, Levantamento/Classificação e Diretrizes para gestão sustentável, abordando prazos, produtos e ações de responsabilidade de cada parte envolvida.

1.7. Requerimentos mínimos

Descrição das características obrigatórias para aplicação do processo de certificação.

1.8. Níveis de certificação

Para a verificação do alcance de cada nível de certificação, deverá ser realizada a contabilização de requerimentos opcionais atendidos pelo edifício solicitante. Neste item será apresentada a metodologia de cálculos necessários para tal verificação.

1.9. Responsabilidades

O processo de certificação envolverá a instituição pública e a entidade certificadora / terceira parte. Pode-se incluir no processo um consultor que coordenará a comunicação entre o agente público e a entidade de verificação, além de prestar assistência técnica para a certificação. Neste item estará definida a participação de cada parte envolvida no processo e suas responsabilidades.

1.10. Custos

Apresentação da tabela sugestiva de custos do processo de certificação.

1.11. Prazos

Apresentação de sugestões em relação à prazos de análises de documentação, respostas, envio de documentação e validade da certificação.

1.12. Auditorias

A entidade que realizará a verificação de terceira parte fará sua auditoria preferencialmente remota através de documentação digital auto-explicativa. Auditorias presenciais também poderão ser necessárias. Para que haja avaliações e procedimentos coerentes, os requerimentos de verificação serão, neste item, descritos passo a passo.

1.13. FAQ

Serão dispostas as definições de como serão realizadas as assistências às questões particulares de cada projeto, assim como respostas a perguntas frequentes.

1.14. Condições de uso do selo

O uso do selo deverá ser autorizado pela entidade certificadora. Serão descritas todas as condições para o uso nesta seção.

REFERENCIAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública

PPCS – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

Certificação pública do Chile - Certificación Edificio Sustentable

LEED NC

LEED EB_O&M

AQUA Qualidade Ambiental de edifícios comerciais, administrativos ou de serviços

PBE edifica

Série ISO 14.000

Capítulo IV da Agenda 21

Princípio 8 da Rio 92

Plano de Gestão de Logística Sustentável – Instrução Normativa 10/2012

Declaração de Johannesburgo

Processo de Marrakesh

Série ISO 14.000

ABNT NBR ISO 19011:2012

Programa GHG Protocol Brasil da FGV

CRONOGRAMA

PNUD - Selo de Sustentabilidade da A3P															
Cronograma - Casa do Futuro															
Atividade	Tarefas	Cronograma										Produtos			
		0	D+15	D+30	D+45	D+60	D+75	D+90	D+105	D+120	D+135		D+150		
Atividade 1 – Definir o plano de trabalho	Análise dos materiais prévios da A3P Reunião com a equipe da A3P para apresentação da proposta de plano de trabalho.														Produto 1. Documento contendo o plano de trabalho para a consultoria.
ATIVIDADE 1	I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos gerados; III - melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos servidores; V - contratações de bens e serviços com sustentabilidade. Definir a metodologia de cálculo/pontuação; Elaborar a norma da certificação.														Produto 2. Documento contendo a metodologia do processo de certificação e a norma da certificação.
ATIVIDADE 2	Desenvolver as etapas do processo de auditoria; Definir pré-requisitos para contratação de empresa cert Elaborar modelo de relatório do processo de avaliação; Elaborar manual de auditoria (inicial e periódica)														Produto 3. Documento contendo metodologia para auditoria de conformidade e de performance; pré-requisitos para contratação de empresa auditora; modelo de relatório do processo de avaliação; e manual de auditoria.
ATIVIDADE 3	Desenvolver a metodologia de solicitação de certificação pelo órgão interessado														Produto 4. Documento contendo as etapas do processo solicitação da certificação e manual para solicitação da certificação.
ATIVIDADE 4	Elaborar manual para solicitação da certificação														